



***CRIANÇA VIADA E HETEROTERRORISMO: EVIDENCIANDO UMA
MASCULINIDADE COLONIAL***

***NIÑO DE VENADO Y HETEROTERRORISMO: EVIDENCIANDO UNA
MASCULINIDAD COLONIAL***

***SISSY CHILD AND HETEROTERRORISM: HIGHLIGHTING A
COLONIAL MASCULINITY***

Fernando Ziderich do Amaral¹

RESUMO

Pretendemos com este artigo, em um primeiro momento, apresentar dois conceitos: (1) a Criança Viada como potência subversiva a partir da experiência de vida do autor ao discorrer sobre o atropelamento da subjetividade das crianças não normativas; e (2) o Heteroterrorismo, explicitando seu caráter colonial. Abordamos os efeitos do terrorismo de gênero e suas consequências, a exemplo do auto-ódio e negação de si próprio. Apresentamos uma minuciosa análise bibliográfica com objetivo de compreender como a binariedade de gênero articula o extermínio de corpos que fogem àquilo que desenhamos como a Masculinidade Colonial. Apresentamos a criança, portanto, como território em disputa, bem como a constante vigilância exercida pela heteronorma sobre sua subjetividade, criando meninos para serem “homens de verdade” na construção de um estereótipo de virilidade desde a infância. Concluimos, pois, que o Heteroterrorismo infantil garante a normatização cisheterossexual do adulto, através das políticas da Masculinidade Colonial. Bem como sugerimos formas de alianças contra-hegemônicas, por novos mundos possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Criança Viada. terrorismo de gênero. Masculinidade Colonial. educação heteroterrorista.

RESUMEN

Pretendemos con este artículo, en un primer momento, presentar dos conceptos: (1) el Sissy Child como poder subversivo desde la experiencia de vida del autor al discutir la intervención directa a la subjetividad de los niños no normativos; (2) el heteroterrorismo, explicando su carácter colonial. Abordamos los efectos del terrorismo de género y sus consecuencias, como el odio a uno mismo y la abnegación. Intentamos comprender cómo

¹ Doutor e Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

la binaridad de género articula el exterminio de cuerpos que escapan a la masculinidad normativa, distanciándose de lo femenino y contribuyendo al terrorismo de género. Presentamos al niño, por tanto, como territorio de disputa, así como la vigilancia constante que ejerce la heteronorma en su cuerpo, creando a los niños como “verdaderos hombres” en la construcción de un estereotipo de virilidad desde la infancia. Concluimos, por tanto, que el niño garantiza la estandarización heterosexual del adulto. Así como sugerir formas de alianzas contrahegemónicas, para nuevos mundos posibles.

PALABRAS-CLAVE: Niño Venado; terrorismo de género; Masculinidad Colonial; educación heteroterrorista.

ABSTRACT

We intend with this article, in a first moment, to present two concepts: (1) the Sissy Child as a subversive power from the author’s life experience when discussing the direct intervention to the subjectivity of non-normative children; (2) the hetero-terrorism, explaining its colonial feature. We address the effects of gender terrorism and its consequences, such as self-hatred and self-denial. We try to understand how gender binarity articulates the extermination of bodies that escape normative masculinity, distancing themselves from the feminine and contributing to gender terrorism. We present the child, therefore, as territory of dispute, as well as the constant vigilance exercised by the hetero-norm in his body, creating boys to be “real men” in the construction of a stereotype of virility since childhood. We conclude, therefore, that the child guarantees heterosexual standardization of the adult. As well as suggesting forms of counter-hegemonic alliances, for new possible worlds.

KEYWORDS: Sissy Child; gender terrorism; education; Colonial Masculinity; heteroterrorist education.

* * *

Criança Viada, jamais será calada (Autor desconhecido)

Introdução

Primeiramente, considero de extrema importância compartilhar de qual lugar estamos falando. Nosso lugar no mundo, enquanto existências singulares, diz muito sobre nossa escrita e de como conduzi-la. Ao mesmo tempo, nosso lugar no mundo está sempre passível de mudanças e transformações. Estou, atualmente, em um lugar de homem cisgênero², branco e gay, não monogâmico e aliado às pautas antirracistas. Tenho me debruçado sobre os estudos das masculinidades, gênero e branquitude a partir de um contexto anticolonial. Grande parte das minhas inquietações com o tema deste artigo se

² Uma pessoa ‘cis’, de acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), é uma pessoa não ‘trans’, alguém que se identifica com o sexo o qual lhe foi atribuído ao nascimento. Segundo Katharine Santos *et al.*, “tal conceito foi idealizado por Carl Buijs para se endereçar a pessoas cuja identidade de gênero está em acordo com o gênero que lhe atribuíram ao nascer (ainda que este seja basilado por uma relação biologizante, generificada e representada em termos binários)” (SANTOS; VIEIRA; SILVA, 2021, p. 162).

deu nos meus encontros no mundo, a partir do que hoje me reconheço como tendo sido uma ‘Criança Viada’³.

Por isso, adotarei parte desta escrita em primeira pessoa como aspecto fundamental da construção deste artigo, visando adaptar a minha experiência pessoal como base material dessa construção, e que, paralelamente, dialogue/corrobore com as fundamentações teóricas aqui selecionadas na medida em que se fizerem necessárias, de maneira progressiva para o entendimento das masculinidades sob uma perspectiva anticolonial. Isto ao mesmo tempo em que procuramos nos alinhar à perspectiva da desobediência à norma, tal como expõe Tiffany Odara em *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação* (2020).

Para Walter Mignolo (2017), a condição fronteiriça de quem habita na fronteira se dá no desprendimento do pensamento colonial, segundo o qual o fazer fronteiriço acontece nas rotas de dispersão do “terceiro mundo”. Consequentemente, solução para quem tangencia o espaço fronteiriço é a desobediência epistêmica. O pensamento fronteiriço seria uma condição necessária para um saber descolonial (MIGNOLO, 2017). Segundo o autor, “estamos no caminho e em processo de desprendimento e para nos desprender precisamos ser epistemologicamente desobedientes” (MIGNOLO, 2017, p. 20).

É com este processo autobiográfico que busco significar a minha existência enquanto pessoa não normativa, onde a teoria não é suficiente, senão a luta, o tensionamento dos lugares acomodados, incluindo os nossos próprios.

Ninguém melhor do que bell hooks para evidenciar a potência que ganhamos ao partirmos da nossa própria história:

Durante anos, hesitei em compartilhar histórias pessoais. Fui treinada para acreditar que quem se apoia em uma história pessoal como evidência para defender ou confirmar uma ideia jamais poderia ser acadêmica e/ou intelectual, de acordo com o pensamento do dominador no ensino superior (HOOKS, 2020, p. 89) [...] ao escrever várias histórias sobre o eu em mim e ao contá-las em livros e sessões de terapia, meu espírito ferido começou a cicatrizar. O assassinato da alma que sentia quando criança já não era a marca do meu ser; ao contar histórias, entrei em uma zona redentora. Adentrei um mundo de recuperação da alma. Aos poucos, eu pegava os cacos de minha psique e os

³ A criança viada, nas palavras da colunista Naná DeLuca, “cresce inevitavelmente alheia ao universo LGBT, a não ser que tenha sorte de bunda virada para a lua. A criança viada é a criança fabulosa invisível, isolada em bolha que não é a sua, onde seus trejeitos são chacota, suas coreografias são escárnio, sua voz é a *punch line*, sua sensibilidade é fraqueza, seus interesses são *esquisitos* e *COITADOS DESSES PAIS*. Quantas vezes não ouvimos essas variações que atestam nossa invisibilidade. *O filho de fulano é viadinho, sabe? Coitado do pai*. A criança é perseguida, julgada, humilhada, taxada como vergonha da família. Quem sofre? Os pais. Dolorosa ilógica” (DELUCA, 2017, s.p, grifos da autora).

juntava novamente, criando no processo histórias novas e diferentes – contos libertadores (HOOKS, 2020, p. 92).

A partir daí, registramos a relevância do uso estratégico da escrita autoetnográfica como ponto de partida anticolonial dentro da própria academia científica, entendendo-a como a melhor linguagem representante das subjetividades dissidentes vulnerabilizadas por uma academia científica sempre disposta a enquadrar e capturar nossas sexualidades frente à heteronorma.

Foram muitos os episódios de sofrimento e violência pelos quais passei, tanto na família quanto nas instituições educacionais ao longo de minha vida⁴. A grande pressão de readequação das minhas posturas àquilo que chamarei de “padrões normativos da masculinidade” ou Masculinidade Colonial moldaram minha personalidade e assassinaram minhas expectativas e possibilidades de reencontro com a assunção da minha sexualidade por um longo tempo.

Sendo mais uma das vítimas do Heteroterrorismo⁵, (re)existindo enquanto ‘Criança Viada’, me transformei em cúmplice do Sistema⁶. Vi-me um adolescente aliado a esse projeto colonial da masculinidade, mesmo sem perceber. Ainda no Ensino Fundamental, fui algoz de um amigo – cujo nome será suprimido como ‘Asta’ – e que, assim como eu, buscava expressar sua sexualidade. Na minha imaturidade, não pude compreender sua expressão enquanto uma ‘Criança Viada’, tornando-me, até certo ponto, algoz de seu modo de ser. Escrevo este artigo para Asta, para mim – na minha longa busca por autoafeto, autoacolhimento e autoamor – e para todas as crianças viadas que, assim como eu e Asta, não puderam ser dignamente acolhidas na expressão de sua sexualidade, se deparando com um terrorismo de gênero extremamente violento.

Nascido em uma família inserida no contexto judaico-cristã, frequentemente me via obrigado a barganhar afeto com a cisheteronorma em busca da sensação de

⁴ Segundo Paulo Henrique Nogueira (2020), existem diversas pesquisas que demonstram o quanto as crianças viadas estão sujeitas a todo tipo de violência no contexto escolar. A exemplo da pesquisa de José Mazzon (2009), que relata dados sobre o quanto as crianças não heterossexuais são discriminadas no âmbito escolar. Violências praticadas tanto por alunos quanto por funcionários e pais de alunos. Segundo o autor, ainda existem outras pesquisas que corroboram o relatado.

⁵ Segundo Caio Rocha e Aroldo Junuor, “o heteroterrorismo é um discurso ou uma ação oriunda da heteronorma. A partir de agressões físicas e verbais, o heteroterrorismo evidencia o seu poder punitivo, amedrontando crianças para que não se tornem gays ou lésbicas, como também anulando jovens e adultos LGBTs para que sejam excluídos/as dos ambientes sociais, sobretudo as escolas” (ROCHA; FERNANDES JUNUOR, 2018, p. 47).

⁶ Termo desenvolvido por Viviane Vergueiro. Em suas palavras, o Sistema é “uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante” (VERGUEIRO, 2015, p. 225).

pertencimento. Doce ilusão. Por muito tempo acreditei que o fingimento ao pacto de uma masculinidade cisheterossexual revigoraria minha autoestima. Esperança essa eternamente frustrada pela constante autodepreciação provocada pela aliança forçosa às tecnologias de dominação do masculinismo cishétero e branco ao qual me submetia.

Falar desde a perspectiva de quem já foi uma Criança Viada cria oportunidades para iniciarmos a discussão sobre trajetórias de quais corpos⁷ são considerados humanos, menos humanos ou abjetos em nossa sociedade. Segundo a filósofa Judith Butler, os corpos abjetos seriam aqueles que têm sua humanidade questionada, são corpos que, até certo ponto, suas vidas são postas em questão e, conseqüentemente, seriam consideradas vidas indignas de serem vividas (BUTLER, 2018). Igualmente, pensar a partir do lugar de uma Criança Viada nos traz à tona a problemática acerca de o quanto a ideologia do Heteroterrorismo e da Masculinidade Colonial (popularmente dita ‘masculinidade tóxica’⁸) influencia no processo de subjetivação de corpos ‘desviantes’ do padrão Cisheterossexual. Portanto, quais seriam as políticas terroristas de gênero participantes no processo de abjeção desses corpos?

A esses questionamentos, somam-se problematizações sobre estudos de gênero de vertente pós-estruturalista, nos aliamos a autores(as) como Estevão Fernandes, Judith Butler, Paul Preciado e Maria Lugones; bem como me alianço a autores do Sul global na elaboração de medidas contra-hegemônicas relacionadas à colonialidade.

Acredito que, para entender o terrorismo de gênero como tecnologia de gênero colonial, precisaremos, primeiro, evidenciar o próprio gênero normativo funcionando

⁷ Nos apropriamos da linguagem não binária para ‘generificar’ o termo “corpo”, a fim de incluir identidades plurais em uma palavra anteriormente masculina. A palavra “corpe” aparecerá no escopo deste artigo sempre que for necessário evidenciar que um “corpo” pode assumir diversas configurações, inclusive a não binariedade. Ao utilizar a palavra “corpe”, também nos baseamos na subversão da palavra “corpo”, que já se encontra territorializada pela heteronorma. Isso também se deu no intuito de desgenderificar a figura do “corpo” enquanto território inscrito pela heterossexualidade compulsória.

⁸ Por um posicionamento político, concordamos com a tese do professor Fábio Silva em abandonar termos genéricos e imprecisos como “masculinidade tóxica”, “suicídio”, “homofobia” e “*bullying*” para nomear essas violências como heteroterroristas, reconhecendo que são vidas ‘suicidas’ física e simbolicamente, e não tiradas pelo próprio indivíduo, como o senso comum leva a crer. Muito antes do ato em si, existe toda uma máquina terrorista de gênero que alimenta o auto-ódio, e alimenta o ódio à diferença, levando as pessoas a se agredirem ou agredirem as pessoas que explicitam a pluralidade (a exemplo da criança viada e das pessoas trans). Prova disso é que, segundo dados recentes de janeiro de 2023 da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o Brasil figurou pelo 14º ano consecutivo como o país que mais matou pessoas trans no mundo – reflexo de uma sociedade extremamente heteroterrorista. Segundo a ANTRA, “em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidas” (BENEVIDES, 2023, s.p). Sobre os termos comentados acima, o autor afirma que “sociedades modernas tomaram para si a função de criar patologias e males que visam a substituir a falta de políticas de educação sexual, assim, deram lugar ao ódio pela existência dx outrx. Ao se utilizar “Homofobia” dessa forma, as violências vão sendo escamoteadas e, de certa forma, as demandas desses conjuntos sociais continuam sem resposta” (SILVA, 2019, p. 98).

como ferramenta a favor da colonialidade, muito próximo do que Maria Lugones (2008) chamou de colonização sobre o gênero. Para Lugones (2008), o capitalismo eurocêntrico global, diferentemente do que acreditava Quijano, também se constituiu através de uma colonização de gênero. Ela analisa junto com Oyèrónké Oyěwùmí o exemplo da “sociedade” Iorubá, onde o colonialismo introduziu as diferenças de gênero que não existiam, uma vez que tais diferenças não eram fatores determinantes em suas hierarquias sociais. Criou-se, portanto, a subordinação das “fêmeas” na “sociedade” Iorubá, o que deixou evidente que o gênero ocidental vem antes dos aspectos biológicos do ser (LUGONES, 2008), o que não acontecia nestas comunidades.

Levando em consideração a hipótese de uma ficção em torno dessas imposições de gênero, enfatizamos a importância de construir pontes paradigmáticas que subvertam a lógica daquilo que chamamos de Masculinidade Colonial (AMARAL, 2023) – termo esse que surgiu a partir dos estudos do Heteroterrorismo e da masculinidade normativa como fruto de uma política ideológica do colonizador⁹ e que será melhor desenvolvido ao longo deste artigo.

É neste momento que resgatarei a perspectiva do corpo-território¹⁰ para, então, correlacionarmos a hipótese sobre como ocorre, em nossa sociedade, a socialização de gênero baseada na territorialização de um corpo pela Masculinidade Colonial, entendendo nossos corpos como territórios que estão em constante disputa através das performances de gênero e das narrativas hegemônicas.

Esta escrita se torna, então, o início de um longo caminho de descolonização de meu corpo-território e de resignificação da minha sexualidade enquanto *estar* “homem” no mundo. Eduardo Miranda (2020) relata que nosso corpo-território é constituído por múltiplas experiências, e a dimensão desse corpo só é tangível a partir delas. Tornamos, assim, nossos corpos espaço sensível aos sentimentos, à afetividade e à exposição, para, então, permitir-nos ser tocados pela vivência do outro. Esse exercício nos possibilita fazer

⁹ Para nós: “a vitória da Masculinidade Colonial foi, portanto, garantida através das invasões do colonizador, atropelando a forma como os povos originários viviam sua sexualidade (Vide trabalho Existe índio gay? do pesquisador Estevão Fernandes (2019). [...] Da mesma forma, questionar o terrorismo de gênero exige de nós certa afrontosidade para com os paradigmas masculinistas que tentam minar toda forma de existência e sexualidade que não seja a hegemônica. Estabelecem, pois, verdadeiras ideologias que permeiam instituições, escolas, religiões, ciência e o próprio Estado.” (AMARAL, 2023, p. 128).

¹⁰ Segundo Eduardo Miranda, a ideia de um corpo-território “propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias” (MIRANDA, 2014, p. 69-70).

uma viragem, nos possibilita viver pelas nossas experiências no mundo e não mais viver pela linguagem e pelo experimento do outro (MIRANDA, 2020).

Nesse sentido, segundo Neuzi Barbarini e Daniel Fauth:

o lugar do corpo, assim, começa a emergir enquanto topografia sobre a qual se inscreverão discursos de legibilidade aos sujeitos, constituindo-o. Dito de outra forma, a nomeação de certos órgãos como masculinos ou femininos, a escolha de determinadas vestimentas, determinadas formas de expressão como pertencentes a homens ou mulheres, cria a base da performatividade do gênero, o script social sobre o qual se encenará a existência individual (BARBARINI; FAUTH, 2018, p. 219).

Analisar, pois, o terreno no qual vão incidir as políticas do sexo e das masculinidades é fundamental para que possamos entender o processo de inteligibilidade da Masculinidade Colonial nos corpos-territórios em sociedade, enquanto fenômeno; ou, ainda, de uma maneira mais simplificada, também entender qual os efeitos da Masculinidade Colonial em nossas subjetividades e no nosso contexto social.

Trocando em miúdos, entender a construção estrutural da Masculinidade Colonial nos possibilitaria compreender como se instaura as políticas terroristas de gênero, principalmente nas múltiplas infâncias. Bem assim, precisamos nos questionar como a Criança Viada torna-se peça fulcral para o bom funcionamento das performances terroristas de gênero na atualidade.

Criança Viada, Heteroterrorismo e normatização heterossexual do adulto

FIGURA 1: Travesti de lambada e deusa das águas, de Bia Leite, 2013



Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/queermuseu-abre-no-rio-vencendo-a-censura-e-a-polemica>

O termo Criança Viada se tornou popular por ser título de uma conhecida página de discussão da rede social Tumblr^{11 12}, criada em 2012, e que trazia uma exposição de imagens de crianças não normativas enviadas por adultos que tiveram uma infância ‘viada’ (MACHADO, 2018).

No mesmo sentido, Gregory da Silva Balthazar justifica o uso do termo Criança Viada da seguinte forma:

é interessante pensar como assumir a ideia de Criança Viada pode ser uma reverberação, à brasileira, do processo de afirmação política do termo queer – um “insulto que tem a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos [...]”, [...] Dizer-se Criança Viada é, talvez, afirmar a fronteira, afirmar a dissidência, que caracteriza o deslugar de uma feminilidade sem mulher, como possibilidade de vida. Aqui, então, reside minha escolha de usar, ao longo do texto, o termo Criança Viada ao invés de gay afeminado, bixa ou transviado (BALTHAZAR, 2020, p. 14).

Assim, o termo Criança Viada torna-se fulcral de resistência como uma expressão potencialmente *queer*, que busca ressignificar o termo ao mesmo tempo em que fere os ouvidos daqueles aliados à norma cisgenera e heterossexual, tornando-se um termo afrontoso ao próprio terrorismo de gênero em si.

Para Guacira Lopes Louro (2009, p. 135), “mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante”.

James Green (2000) observa que, não raro, o termo “viado” é substituído por termos e símbolos alternativos na língua portuguesa devido seu caráter pejorativo frente

¹¹ Segundo Rafael Santos e Natanael Silva, “o tumblr ‘Criança Viada’ foi inventado pelo jornalista Iran Giusti em 2012 e tinha como objetivo a divulgação de fotografias pessoais de adultos em sua fase de infância desconstruindo expressões de gênero tidas como normais e naturalizadas. Considerando que a fotografia tem um papel preponderante no registro da imagem e na (re) produção da memória, o tumblr tornou-se um espaço profícuo para a recriação de imagens da infância que provocam o sistema heteronormativo, e incomoda as memórias apaziguadas de que a infância é um tempo vazio de desejos e expressões de gênero” (SILVA; SANTOS, 2021, p. 107). Contudo, a página se encontra fora do ar atualmente: <http://criancaviada.tumblr.com>.

¹² Para Ícaro Machado, “o termo ‘criança viada’ já era vocabulário usado socialmente, embora informal, para distinguir o comportamento de crianças tidas como afeminadas. Torna-se uma expressão supostamente homofóbica e pejorativa, tendo em vista que tal termo acaba por estigmatizá-las. O que acontece é que nós, gays, nos apropriamos deste termo e o ressignificamos como forma de resistência. Em 2013, a série de pinturas Born to Ahazar, da artista plástica Bia Leite, veio com a ideia de reproduzir as fotos do Tumblr Criança Viada na linguagem da pintura” MACHADO, 2018, s.p).

à heteronorma. Dá o exemplo do número 24 no jogo do bicho, onde, desde meados do século XIX, a utilização do número passa a ser vinculado ao homossexual, surgindo como um termo depreciativo à imagem do “gay” nos grupos sociais (GREEN, 2000, p. 145). Estereótipos como este fazem parte daquilo que chamamos neste artigo de terrorismo de gênero e suas tecnologias criadas para manter a corpa da Criança Viada em estado de abjeção.

A Criança Viada, nesse sentido, se encontra em um espectro de vulnerabilidade, ou seja, uma relação complexa de violências sociais que, dentro dela, são atrozmente atropeladas pelo Heteroterrorismo, principalmente na escola¹³, onde aprendemos desde cedo que nossa forma de ser e agir não é a mais “correta” ou “socialmente aceita”; isto é, aprendemos a odiar a maneira viada de ser até mesmo antes de saber quem somos, e, conseqüentemente, com o tempo aprendemos a nos odiar em um sentimento de auto-ódio e negação de nós mesmos.

De acordo com Edson Pereira:

Goffman (1975) sugere que a homofobia internalizada é o auto-ódio que decorre do facto de se ser uma pessoa socialmente estigmatizada. Ainda outro autor, Meyer (2003), descreve a homofobia internalizada como “a consciencialização do estigma que rodeia a homossexualidade, levando à vivência de sentimentos extremamente negativos; vergonha e segredo, silêncio e autoconsciência, um grande sentido de diferença – e de peculiaridade – invade a consciência (PEREIRA, 2015, p. 24-25).

Ainda, Lucas Veiga (2019), ao falar sobre o sentimento de auto-ódio introjetado pela branquitude¹⁴ na subjetividade das pessoas negras, nos lembra que esse sentimento é muito semelhante ao que ocorre com vítimas de abuso e violências, onde o sentimento de culpa, por vezes, recai sobre a vítima ao invés do abusador, puxando para si a culpa pelo ato opressivo (VEIGA, 2019).

¹³ Segundo Guacira Lopes Louro, “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 2017, p. 62). A partir disso, e a respeito do papel da escola em relação às violências de gênero, podemos dizer que ela ainda funciona na manutenção de uma sociedade patriarcal na afirmação de discursos heteronormativos, sendo os temas da diversidade considerados um risco à heteronormatividade compulsória, dificultando que esses temas de adentrem à escola (ROCHA; FERNANDES JUNIOR, 2018).

¹⁴ Ruth Frankenberg, outra teórica referência no assunto, define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual pode se atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (CARDOSO, 2011). Ou ainda, para para Cida Bento, psicóloga social, a branquitude é um conjunto de “traços da identidade racial do branco brasileiro” constituído a partir da ideia de branqueamento (BENTO, 2014, p. 25).

Por isso, para além do racismo, é possível expandir a lógica do auto-ódio para outros sistemas de opressão, bem como no Heteroterrorismo, onde a tentativa frustrada de negação da própria sexualidade pode causar sentimentos autodestrutivos diante do Sistema heterossexual. Isso gera uma eterna sensação de não pertencimento social, de sentir-se um estrangeiro que encarna o padrão cishétero e branco na esperança de sobreviver em meio a uma sociedade terrorista de gênero.

Para Veiga (2019), uma das possibilidades de autocura seria devolver para o abusador a responsabilidade pela violência sofrida. Fica aqui um questionamento que tentaremos desenvolver ao longo desta escrita: quais são os meios possíveis e eficazes de autocura frente a uma subjetividade destrocada pelo terrorismo de gênero? Como podemos aprender a nos amar em uma sociedade que não nos ensina o que é o amor, ou seja: como podemos nos perceber enquanto merecedores de afeto se nossos corpos se veem em uma dinâmica de opressão e abjeção? Para refletir sobre essas questões precisamos compreender como funciona o heteroterrorismo.

Berenice Bento, em 2011, escreveu sobre as violências e tecnologias discursivas sobre a criação e manutenção do gênero em crianças, sobretudo na escola. A autora chama de “pedagogia do gênero hegemônico” a socialização que prepara as crianças, desde o seu nascimento, para a vivência de uma vida heterossexual e “construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos” (BENTO, 2011, p. 551). A esse Sistema de socialização baseado na heterossexualidade a autora chamou de Heteroterrorismo.

Ao discorrer sobre o terrorismo de gênero, Bento (2011) argumenta que a marca da heterossexualidade é um constante terrorismo. Para Bento:

Há um Heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (BENTO, 2011, p. 562).

O heteroterrorismo se alinha com a ideologia da heterossexualidade compulsória, como bem já denunciava Monique Wittig e Adrienne Rich¹⁵ na década de 1980, contudo,

¹⁵ O termo heterossexualidade compulsória foi utilizado por Monique Wittig e Adrienne Rich na década de 80, a partir do texto *O pensamento hétero* (Monique Wittig) e do texto *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (Adrienne Rich).

o termo leva em consideração a imposição do gênero através daquilo que Maria Lugones (2008) chamou de colonização sobre o gênero. Para nós:

Ao migrar da LGBTIfobia ao Heteroterrorismo enfatizamos que o problema é social e estrutural da sociedade, e não do âmbito individual ou pessoal. [...] Sublinhamos a importância de se caracterizar e nomear o Heteroterrorismo para além de um preconceito ou de uma “fobia”, entendendo-o como um Sistema de opressão estrutural, tal como o racismo e o cissexismo. Por isso, o Heteroterrorismo também se mostra como mais uma ideologia do homem branco ocidental, resultado de um processo de colonização sobre nossa sexualidade. (AMARAL, 2023, p. 113).

Assim, ao nomear o Heteroterrorismo como tecnologia de inscrição do gênero heterossexual, podemos denunciar a imposição da heterossexualidade, inclusive praticada pelo Estado, que se utiliza do gênero para definir direitos básicos e a quem destina-los.

Ochy Curiel, uma importante antropóloga social afro-dominicana, argumenta em seu livro *A nação heterossexual* (2013) que todas as instituições do Estado e o modo como ele está organizado, inclusive a educação, serve para defender a heterossexualidade compulsória, tornando, assim, a heteronormatividade um dos pilares estruturais do próprio Estado-nação, e legitimando a todo momento as performances da masculinidade cisgênera normativa, inclusive para a manutenção da dita “família nuclear”, da herança e do capital. Portanto, as instituições religiosas, a exemplo as católicas e evangélicas, também figuram dentre as instituições mantenedoras da heterossexualidade (CURIEL, 2013).

A heterossexualidade compulsória seria, assim, constitutiva da própria ideologia do Estado moderno e não restrita apenas à esfera do desejo ou da individualidade. Portanto, as políticas heteroterroristas seriam legitimadas pelo próprio Estado, tendo havido lutas de ativismos de movimentos de pessoas trans¹⁶ e intersexo, por exemplo, no sentido de pressionar o Estado reconhecer a imposição de gênero como uma violência.

Podemos, então, compreender o Heteroterrorismo como o verbo, como as ações que vão garantir o bom funcionamento das políticas coloniais de gênero e da Masculinidade Colonial.

Esse ‘destróçamento’ e tentativa de aniquilação dos corpos dissidentes pelo Heteroterrorismo acarreta uma necessidade contínua de autocura e de ressignificação de

¹⁶ Vide ação movida pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) no MPF contra o novo documento de identidade civil que substituiria o atual RG, que violaria direitos básicos dessa de identidade dessas populações: <https://adiadorim.org/noticias/2022/11/por-que-o-novo-rg-viola-direitos-da-populacao-trans/>

nossas subjetividades, que se constroem frente à uma iminente ameaça de morte, real e subjetiva. Nesse sentido, tanto o racismo quanto o Heteroterrorismo possuem essa ligação comum da produção do medo e do auto-ódio como ferramentas de controle colonial sobre nossos corpos.

Apesar das constantes tentativas de aniquilamento de nossas subjetividades, a Criança Viada (re)existe e persiste como um entrave, um ‘bug na Matrix’ do Sistema heterocentrado, um cabelo na sopa do patriarcado. É a partir dela que se controla a produção da heterossexualidade, uma afronta direta para as normas de gênero. A Criança Viada é um corpe perigoso, aquele que expõe as incoerências e fragilidades de um binarismo social de gênero, onde só por existir se torna uma ameaça às construções de gênero coloniais.

Os corpos inconformes, em trânsito entre os gêneros, são a prova viva que não estamos predestinados a uma estrutura de gênero binária pensada para nossos corpos mesmo antes de nascermos (BENTO, 2011). A binariedade de gênero em si é uma taxonomia genocida, heteroterrorista, onde, para legitimar duas possibilidades, extermina todas as outras possíveis.

Segundo Berenice Bento:

o sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas “por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir (BENTO, 2011, p. 551).

Quando criança, eu não sabia o que eu era, mas eu sabia que era ruim ser “afeminado”, independentemente do que eu seria no futuro. Ser bicha? Ser gay? Ser sapatão? Ser “travesti”? Ser pessoa trans? Ser pessoa intersexo? Significava praticamente uma sentença de morte e aniquilamento. Começando pelo isolamento, pelo escárnio e pelas ofensas. A rejeição para uma criança é a morte em vida. Sobre esses aspectos, Eduardo Miranda (2020) nos ensina que “negar ao *corpo-território* sua potência traz como consequência o empobrecimento prático das nossas vidas, passa-se a enaltecer o paradigma da modernidade pautado na monocultura” (MIRANDA, 2020, p. 40, grifo do autor).

A vivência normativa da Masculinidade Colonial nos ensina a todo momento que o feminino é algo ruim, frágil e de menos valia. Esse Sistema se mostra vil à não pertença ao círculo social masculino, naquilo que chamamos de “clube do Bolinha”, ou como diz Daniel Welzer-Lang, a “casa dos homens”¹⁷, acarretando às formas dissidentes de masculinidades uma exclusão social extremamente violenta.

Para Preciado, “é impossível para uma criança se rebelar politicamente contra o discurso dos adultos: a criança é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar” (PRECIADO, 2013, p. 97). Assim, Preciado lança uma pergunta motivadora:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2013, s.p).

Nesse sentido, a criança sempre foi um território de disputa. Por isso, a Masculinidade Colonial se mostra tão agressiva, ostensiva e vigilante em relação ao corpo infantil, garantindo desde cedo, por determinadas instituições, a territorialização¹⁸ da heteronormatividade compulsória através da família, da medicina e, em especial, do Estado, da Igreja e da Escola.

Acerca dessa ostensividade da heterossexualidade, enquanto vigilante dos corpos infantis, Preciado argumenta que:

a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina. Dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara a reprodução da norma, da escola até o Congresso, transformando isso numa questão comercial (PRECIADO, 2013, s.p).

Tal citação me rememora o discurso do meu núcleo familiar de que um homem deve sustentar a sua família, deve casar e ter filhos, em uma lógica de procriação

¹⁷ Daniel Welzer-Lang (2001, p. 462) propôs, referindo-se aos trabalhos de Maurice Godelier (1982), nomear o conjunto dos lugares monossexuados. Segundo ele, “os pátios de colégios, clubes esportivos, cafés [...] lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade” de ‘casa dos homens’. Ainda, de acordo com o autor, inculcando “nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

¹⁸ Quando falamos em territorialização de um corpo significa visualizá-lo sob uma perspectiva de inscrição social de normas ideológicas no próprio corpo, estabelecendo possibilidades de existência para este.

abençoada por Deus: “o natural para nós é a união entre um homem e uma mulher”, diziam eles. No meu núcleo familiar, havia a crença ou falsa esperança de que, caso ativo sexualmente, escapasse de ser gay¹⁹. Neste momento, ficou explícito para mim o quanto da negação ao feminino existe na cultura heteroterrorista, e que, na verdade, quando ouvimos “queremos o melhor para você” não seria outra coisa senão a defesa escarnia de um Sistema heterossexual ao qual a duras penas eles haviam se submetido, e ao qual haviam transferido para meu corpe essa expectativa, mesmo que isso significasse o aniquilamento da minha subjetividade.

Segundo Grossi, para a cultura ocidental, no senso comum, o sexo masculino significa ser ativo, sexualmente penetrando o corpe do outro. Grossi relata que “num dos modelos tradicionais de gênero no Brasil, estudado por Peter Fry, homem é aquele que ‘come’, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria ‘bichas’” (GROSSI, 1995, p. 6).

Esta oposição do feminino, para Arthur Santana *et al.*, significa refletir:

sobre a dificuldade dos homens em lidar com sua subjetividade, com as exigências de ser continuamente viril e do desgaste emocional da frustração de não atingir seus objetivos, Berenice Bento (2015) entrevistou alguns homens e percebeu a dificuldade dos sujeitos no processo da construção de suas identidades, se opondo a tudo que os feminilizassem, o que desencadeavam relações ruins com suas companheiras e filhos, diante das exigências que eram colocadas sobre seus ombros e a cultura de não poder se conversar sobre seus problemas e demonstrar fragilidade (SANTANA; MEDEIROS; AZEVEDO, p. 3).

Nesse sentido, os meninos são criados desde cedo para serem “homens de verdade”, obedecendo ao estereótipo e aos signos da Masculinidade Colonial, estabelecida por um ideal de virilidade androcêntrico europeu que diz que não podemos mostrar vulnerabilidades nem fraquezas, que diz que homem não pode chorar. Mas o que eu não sabia era que essa era uma história única sobre como existir no mundo, uma história marcada pela colonização. Nesse sentido, segundo hooks, o tornar-se homem seria “evitar qualquer relação com o amor” (HOOKS, 2001, p. 129, tradução livre).

¹⁹ Welzer-Lang, ao explicitar o comportamento não heterocentrado, diz que os homens “são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem ‘passivos’, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. Pois se trata bem disto, ser homem corresponde ao fato de ser ativo. E não foi por acaso que encontramos os estupradores dos homens, pois ativos e penetrantes não vivem como homossexuais. Michäel Pollack menciona o mesmo na obra *Les homosexuels et le sida*. Ele evoca “a hierarquia tradicionalmente estabelecida [...] entre o ‘fodido’ e o ‘fodedor’, o primeiro sendo recriminado socialmente pois ele transgride a ordem ‘natural’ das coisas, organizada segundo a dualidade feminino (dominado) e masculino (dominante). De forma que, em algumas culturas, só é considerado um ‘verdadeiro veado’ aquele que se deixa penetrar e não aquele que ‘penetra’” (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

Ainda, de acordo com Badinter:

a virilidade não é dada de saída; deve ser construída, digamos ‘fabricada’. O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito. Defeito de fabricação, falha na maquinaria viril, enfim, um homem frustrado; A garantia do empreendimento é tão baixa que o sucesso merece ser exaltado (BADINTER, 1993, p. 4).

Assim como Preciado (2013), Badinter (1993) já apostava na artificialidade do sujeito homem, e como qualquer artefato, estaria sujeito a defeitos, uma vez que no processo de fabricação de uma masculinidade viril estereotipada sempre haverá territórios difíceis de marcar, e que a política de inscrição dos signos heteroterroristas nos corpos “desviantes” não obtém sucesso, torna-se falha, ineficaz. O que surge é um silenciamento e atropelamento da subjetividade destes. Portanto, para ser bem sucedida, a Masculinidade Colonial teria que ser fabricada na infância e imposta a todos para garantir o sucesso desta empreitada ideológica com pretensão de universalidade.

Retomando às reflexões das instituições, um exemplo de lugar referência dessa fabricação de gênero, masculinidade e virilidade é a escola. Por isso, a reprodução da Masculinidade Colonial cisheteronormativa branca nesse lugar é uma realidade e funciona como uma ideologia que prepara as crianças desde pequenas para performar o gênero colonial.

Refletindo a partir de Foucault, Megg Rayara comenta que:

de modo geral, as infâncias são tratadas como assexuadas ou como cis heterossexuais, contribuindo para a ausência de estudos que discutam as “sexualidades disparatadas” nessa fase da vida das pessoas. [...] não é qualquer homossexualidade que está na mira dos/as normatizadores/as de plantão” [...] é aquela associada aos trejeitos, ao afeminamento, a bichisse, às masculinidades ditas periféricas” [...] A distinção entre o normal e o patológico, o aceitável e o condenável, nem sempre está inscrita nos atos, mas nos corpos (RAYARA, 2017, p. 112-116-117).

É nessa condição que a Criança Viada se torna bode expiatório de normatização da vida adulta, sendo sempre punida e violentada subjetivamente a partir do momento que seu corpo fala a linguagem dos “trejeitos”²⁰, que simboliza imageticamente as posturas femininas em um corpo dito “masculino”, o que caracteriza a Criança Viada.

²⁰ Para Berenice Bento, as “‘confusões’ que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!”. Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades” (BENTO, 2011, p. 552). Igualmente, para Megg Rayara (OLIVEIRA, 2020), essa delicadeza e meiguice, no performar de crianças que habitam um corpo ‘masculino’, marca esse corpo como sendo de uma bixa, de uma criança viada.

Dito isto, importante mensurar o quanto o padrão da Masculinidade Colonial é performado e fomentado dentro das escolas e faz parte, segundo Preciado, de um “dispositivo pedagógico terrível, o lugar onde se projetam todos os fantasmas, a justificativa que permite que o adulto naturalize a norma” (PRECIADO, 2013, s.p). Exemplos disso são as filas próprias para meninos e meninas e as políticas dos banheiros mantenedores de um binarismo de gênero muito bem delimitado. O espaço arquitetônico reverbera, assim, a onipotência da Cisnorma colonial.

A criança se vê obrigada, mesmo que por sobrevivência, a pactuar com os terrorismos de plantão, se encontrando em um corpo-território em disputa para ser aceita no espaço da “normalidade”, isso portanto, vai minando sua potência, gerando cicatrizes pelos constantes desconfortos nas tentativas de se enquadrar aos padrões (MIRANDA, 2020).

Vista a problemática do Heteroterrorismo a serviço da Masculinidade Colonial no sistema educacional, podemos depreender desta discussão que as escolas, muito além de um espaço supostamente democrático de educação social, funcionam a perpetuar valores hegemônicos²¹ e coloniais, regulando os corpos infantis em uma política do poder cisheteronormativo muito bem orquestrada, levando as pessoas a um lugar onde se veem obrigadas e incentivadas a reproduzir o Heteroterrorismo.

Katherine Santos *et al.* nos lembram que:

no ambiente escolar, a heteronormatividade que também fomenta e legitima a Cisgeneridade relega a existências dissidentes um processo de formação marginal, violento e excludente. O debate em torno de práticas não normalizadoras é crescente, e busca inserir estas “experiências até hoje invisibilizadas” (MISKOLCI, 2012, p. 51) no cotidiano escolar como uma forma de prover relações mais simétricas, por meio de aprendizados relacionais e transformadores sociais (SANTOS; VIEIRA; SILVA, 2021, p. 163).

Guacira Lopes Louro (2019) nos conta que, no espaço escolar, as normas e leis pedagogizantes delimitam a construção da identidade heterossexual, estabelecendo conceitos de verdade que são operados pela heteronorma. Essas leis esperariam dos

²¹ Ainda, segundo Berenice Bento, “a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. [...] Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar ‘evasão’ de ‘expulsão’, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia.[...] Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar” (BENTO, 2011, p. 555-556).

meninos a agressividade, a valentia e atos ditos corajosos. Já as meninas seriam mantidas recalçadas, sempre sendo esperado delas doçura, ingenuidade, meiguice, gentileza etc. Para a autora, isso seria um processo de fixação coercitiva da identidade heterossexual, atuando como um dispositivo tecnológico que engloba as regras estruturantes tanto da escola, da família, mídia e religiões cristãs tradicionais, dispostos a incutir o discurso hegemônico nos corpos dos estudantes (LOURO, 2019). Portanto, para Louro, as escolas, além de reproduzir práticas e políticas heteroterroristas, também “os produz” (LOURO, 2017, p. 84).

No mesmo sentido, em *Pedagogias da sexualidade* (2013), a autora reafirmará a escola como partícipe da produção de determinados comportamentos e posturas que serão “gravadas” ou “inscritas” nos corpos das crianças, produzindo identidades hegemônicas e regulamentando aquilo que se pode dizer “normal”, ao mesmo tempo em que delimita aquilo que será considerado “anormal”, recusando determinados modos de ser. Isso se sustenta a partir de modelos pedagógicos binários articulando como meninos e meninas devem se portar. Para Louro, no ambiente escolar se trata da afirmação ou do silenciamento, onde existe uma pedagogia da sexualidade “legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (LOURO, 1999, p. 31). De acordo com a autora, as práticas e vivências do espaço escolar fazem parte de um discurso colonizado e colonizador porque foi pensado para criar um “sujeito universal” (LOURO, 2017, p. 88).

Igualmente, segundo Caio Rocha e Aroldo Junuor, “tal projeto age, de forma ditatorial e militar, para a manutenção e a construção de sujeitos heterossexuais [...] Nesses momentos, a escola agia como um espaço extremamente heteroterrorista” (ROCHA; FERNANDES JUNUOR, 2018, p. 47).

De tão explícito, torna-se nada difícil evidenciar as atividades pedagógicas a que as crianças estão submetidas para resguardar as normas de gênero no espaço escolar. Regulamentando quais os comportamentos adequados ou inadequados a cada estereótipo, permeando todo o currículo escolar²², desde as aulas de biologia até as práticas de educação física.

²² Rogério Diniz Junqueira relata que esse currículo foi instituído sob o regime de gênero de matriz heterossexual, instaurando relações e práticas de poder na construção dos saberes escolares (JUNQUEIRA, 2013). Isso torna o ambiente e espaço escolar tão violento para os corpos inconformes com a norma, que muitas vezes acontece a evasão, seja pela tortura e ameaças de se encontrar em um ambiente hostil, seja pelo suicídio: ou seja, vidas suicidadas por um espaço terrorista em relação ao gênero. Triste realidade de corpos que se tornam matáveis e cujas autoridades escolares pouco fazem para evitar.

Pensar, pois, educação no ambiente escolar significa nos questionar sobre qual corpe essa educação heteroterrorista se empenha em construir, se tornando um instrumento de reprodução da Masculinidade Colonial através das políticas que garantem uma ordem cisheterossexual de gênero, mecanismo este que funciona como verdadeira ideologia de gênero²³. Concordamos com Rafael Santos e Natanael Silva ao dizerem que “outra instituição que trabalha em fina parceria com a escola, e que também realiza um importante papel educativo, é a família. Desse modo, a ‘Criança Viada’ está cercada por todos os lados, e sob cerrada vigilância” (SANTOS; SILVA, 2021, p. 112).

É urgente, pois, a criação de espaços onde outras formas de ser e existir consigam sobreviver, principalmente quando o Sistema heteroterrorista de gênero parece tentar aniquilar nossas subjetividades, desde muito cedo, cancelando aos poucos nossa forma de ser e nosso lugar no mundo.

No dizer de Eduardo Miranda:

a educação geográfica articulada para a interculturalidade requer a participação de educadores e educadoras que tensionem o legado colonial, que valorize as experiências não eurocêntricas e que se fortaleça ao legitimar as epistemologias do sul. Alcançar esses princípios nos coloca na esfera do *corpoterritório* decolonial, pois busca linhas de fugas necessárias para enaltecer os contrastes epistemológicos próprios da humanidade, prerrogativa de suma relevância para a dialética ancestral da continuidade forjada pelos ensinamentos da filosofia de Oxumaré (MIRANDA, 2020, p. 88, grifo do autor).

Para Miranda, a estratégia de uma pedagogia decolonial não deveria terminar na simples inserção na estrutura colonial de temas dos subalternizados, mas, sim, deveria ir além e questionar essa própria estrutura através da produção de conhecimentos que desestabilize a atual geopolítica colonial e que faça com que os corpos ditos subalternizados repensem seu lugar no mundo no encontro com suas bases ancestrais, não se limitando somente ao legado eurocêntrico (MIRANDA, 2020).

Masculinidade Colonial

²³ Diferentemente como a bancada religiosa e a extrema direita levam a crer, caso exista, uma ideologia de gênero faz supor uma regulamentação da sexualidade e do gênero das crianças desde o nascimento, característica que só pode ser atribuída à heterossexualidade, como demonstrado. O que ficou conhecido por esses movimentos como “ideologia de gênero” se trata, na verdade, de uma política forçosa de manutenção da ordem de gênero heterossexual. Fazendo acreditar que as tentativas de evidenciar esse terrorismo de gênero “corrompe as crianças”, evitando, assim, de enxergar sua própria ordem de gênero e a mantendo oculta. Afinal, aquilo que é natural não precisa ser construído, pois tem sua gênese na ordem divina. O gênero, assim, seria dado por Deus.

Para além do Heteroterrorismo, é neste contexto que, como pesquisador, também me deparei muito cedo com a experiência de perceber os aspectos da branquitude na minha vida. A branquitude, além da homossexualidade, sempre fez parte da minha experiência de masculinidade. Por isso, comecei a desconfiar de que não seria possível, socialmente falando, abordar as masculinidades sem falar sobre branquitude ou sobre gênero, estando essas categorias atravessadas; ou seja, só podemos compreender o fenômeno das masculinidades caso façamos uma análise multifatorial. Muito importante, pois, pensar nas masculinidades, de modo geral, como ideologias também atravessadas pelas questões de raça. A estrutura do racismo, nesse sentido, também é constituinte da Masculinidade Colonial. Na nossa linha de pensamento:

a Masculinidade Colonial é branca. Ela se reduz, pois, em um enredo único sobre como performar a masculinidade, marcada profundamente pela colonização e sendo imposta pela violência sobre os povos originários que aqui habitavam no período colonial. Romper com a história única sobre como tornar-se homem, e abrir possibilidades para o protagonismo de outras performances de masculinidades que permanecem à margem, torna-se crucial para rompermos com a colonialidade. (AMARAL, 2023, p. 113).

Assim, a Masculinidade Colonial surge no afã de contribuir com uma perspectiva anticolonial dentro dos estudos das masculinidades, sobretudo, alertar para a captura das masculinidades não normativas pelas ideologias que almejam a unidade de gênero. Urge, pois, rompermos com os pactos de gêneros normativos impostos pela colonialidade (AMARAL, 2023).

Considerações Finais

Escrever este artigo foi um revisitar à minha Criança Viada, verdadeiro mergulho autocurativo. Visibilizamos a existência de uma Masculinidade Colonial determinando e influenciando subjetividades e provocando a manutenção de alguns corpos em estado de auto-ódio devido à negação de suas próprias territorialidades. Também, tentou-se expor o fato de a Masculinidade Colonial estar baseada em um projeto neocolonial branco heteroterrorista ou terrorista de gênero, projeto arquitetado para a manutenção de um Estado onde a Masculinidade Colonial é a regra e se mostra uma questão de sobrevivência, visto que as performances de masculinidades plurais podem significar a morte, a depender do território onde é performada.

Nesta hipótese, a Masculinidade Colonial funcionaria como verdadeira tecnologia de gênero de produção e manutenção da cisheteronormatividade branca através do

Heteroterrorismo, à medida que constituem, desde a infância, as identidades e subjetividades sociais dos indivíduos baseadas auto-ódio, ou seja: subjetividades destroçadas pelo senso de menos valia e de negação de si própria, onde – através da ciência, das artes, do cinema e das instituições do Estado – a Masculinidade Colonial vai tentar produzir um corpo-território cisheterossexual através do terrorismo de gênero.

Assim, localizamos a Masculinidade Colonial como a tecnologia ideológica de territorialização de corpos com o objetivo de garantir a manutenção do Sistema colonial na atualidade ao estabelecer a extensão da hegemonia. E, por isso, configurando mais um dos braços do projeto moderno da colonialidade no Sul global.

A insurgência da Criança Viada no campo da subversidade se deve à sua potência de denúncia da falácia do enredo de um gênero pré-concebido, de matriz binária – ora, é muito mais fácil nomear a pluralidade de aberração do que reconhecer o binarismo de gênero como um terrorismo. Significaria, pois, que realmente o gênero possa não vir da natureza ou de Deus, mas, sim, de uma estrutura generificada, montada e arquitetada para manter o poder e privilégios centrados no sujeito ‘cis’, branco e heterossexual. Questionar esse Sistema significaria romper com uma ordem de gênero colonial de dominação.

E é assim que não deixo morrer minha eterna Criança Viada, trazendo-a como processo de autocura das cicatrizes que continuamente gritam em mim. João Junior relata que “romper com as marcas, símbolos e discursos incutidos em mim pela escola, na infância, exigiu de mim um processo profundo de descolonização, posto que entendo a escola brasileira como uma produtora e reprodutora de colonialismos que precisamos, todos/as, romper” (JUNIOR, 2020, p. 225). Igualmente, Gregory Balthazar recorre às memórias escolares das Crianças Viadas para tornar explícito que seus corpos e experiências significam não só a abjeção, mas a potência que esses corpos possuem para pensarmos uma política interseccional pós-identitária distante da lógica binária (BALTHAZAR, 2020).

Eduardo Miranda (2020), aliado da filosofia de Oxumaré, também nos ensina a se transformar em serpente para fugir das emboscadas, e revive, assim, “a possibilidade de trocar de pele para reinventar a concepção de vida e de mundo (MIRANDA, 2020, p. 32). O autor enfatiza a necessidade de desterritorializar nosso corpo-território, para, então, nos reinventarmos e nos reterritorializarmos em outra corporiedade que melhor se adeque à nossa atual realidade.

Por essa perspectiva, o meu processo de autocura, ou o processo de reconstituição dos cacos do ‘destróçamento’ da minha subjetividade – provocado pelo Heteroterrorismo – torna-se, então, parte de um processo de cura mais amplo.

Ao expor minhas feridas, eu exponho minhas vulnerabilidades para que mais pessoas a façam; em um ciclo de cura coletivo, onde as pessoas viadas possam se apoiar e se acolher nesse processo. A criação de redes políticas de resistência entre nós nos ajuda a ter um ponto de apoio na cicatrização dessas feridas coloniais e de auto-ódio, e nos possibilita otimizar o nosso processo de autocura das nossas subjetividades através do autoamor.

Me uno do afeto de nossa ancestralidade ‘viada’ que se ergue da abjeção na direção de outros mundos possíveis. Mundos onde a existência viada torna-se, então, possível.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. Identidade sem pessoa. *In*: AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBARINI, Neuzi; MARTINS, Daniel Fauth Washington. Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do “ser homem” no Brasil. **PsicolArgumento**, v. 36 n. 92, p. 216-236, abr./jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/25923/2375>
5 Acesso em: 30 jan. 2023

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.19 n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf> Acesso em: 4 jan. 2023

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16 ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706/9824>
Acesso em: 30 jan. 2023

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015

CRENSHAW, Kimberlé. Why intersectionality can't wait. **The Washington Post**, 24 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/?postshare=5351443143466154>
Acesso em: 30 jan. 2023

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Colombia: Brecha Lésbica, 2013

DELUCA, Naná. Eles não falam a nossa língua. **Revista Subjetiva**, 13 de set. de 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/eles-n%C3%A3o-falam-a-nossa-l%C3%ADngua-3e3112b86a83> Acesso em: 30 jan. 2023

FERNANDES, Estevão R. **“Existe índio gay?”**: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. 2. ed. Curitiba/Brasil, 2019.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREGORY, da Silva Balthazar. Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar. DOSSIÊ - Educação, democracia e diferença. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69557, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/X8h4tk9PtNSydMDst83sHch/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 jan. 2023

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Revista Antropologia em Primeira Mão**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1995. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf> Acesso em: 30 jan. 2023

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Salvation**: Black People and Love. 1st. ed. 2001.

- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. – revista e ampliada. Brasília. Dezembro, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 01 ago. 2023
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490> Acessado em: 28/01/2023
- JUNIOR, João Gomes. Reminiscências da infância viada: reflexões sobre o controle escolar da (homos)sexualidade. **Periódicos Científicos**, v. 3, n. 9, 2020 Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index> Acesso em: 30 jan. 2023
- LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos *queer*. In: VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Luzia Margareth (Org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 16. ed. 5. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**. Tradução de Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. Binghamton University, USA. **Tabula Rasa.**, Bogotá - Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008 Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em: 31 jan. 2023.
- MACHADO, Ícaro. Criança Viada. **Bodega**, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40164/3/2018_tcc_imachado.pdf Acesso em: 02/01/2023
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1 n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645/2646> Acesso em: 31 jan. 2023.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. **“O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral”**: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afomé Pomba de Malê. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20O%20Miranda.pdf> Acesso em: 31 jan. 2023.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020

NOGUEIRA, P. Quando as crianças viadas interpelam a docência. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 105–120, 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/341> Acesso em: 31 jan. 2023.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Editora Devires, 2020

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605> Acesso em: 31 jan. 2023.

PEREIRA, Edson Oliveira. **Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT**: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro. Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Coletiva) Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20070/1/2015_%20EdsonOliveiraPereira.pdf Acesso em: 31 jan. 2023.

PRECIADO, Beatriz. **Quem defende a criança queer?** Tradução de Fernanda Nogueira. Publicado originalmente em francês, no dia 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://encurtador.com.br/gquyD> Acesso em: 31 jan. 2023.

ROCHA, Caio César Silva; FERNANDES JUNUOR, Aroldo Santos. “Viadinho só se fode”: autoetnografia de um processo escolar heteroterrorista. **Movendo Ideias**, Programa de Pós-Graduação comunicação, linguagem e cultura - UNAMA n. 2 2018. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/MovendoIdeias/article/view/1160/675> Acesso em: 31 jan. 2023

SANTANA, Artur Vitor De Araújo; MEDEIROS, Lucas Gomes de; AZEVEDO, Natanael Duarte de. “**Ferrava, marrava nunha corda e colocava o ferro no fogo [...]**”: masculinidade e o devir vaqueiro. Anais IV Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64275> Acesso em: 31 jan. 2023.

SANTOS, Katharine Nataly Trajano; VIEIRA, Neff Borba Araquan; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. O Heteroterrorismo e as dissidências de gênero no espaço escolar. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 153-168, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/download/12170/7848> Acesso em: 31 jan. 2023.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; SILVA, Natanael de Freitas. “Criança Viada, travesti da lambada”: infâncias queers em imagens incômodas. **Albuquerque: Revista**

de **História**, v. 13, n. 26, jul./dez. 2021 Disponível em:
<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12168/10226> Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, Fábio Mariano da. **Políticas da morte para corpos sem lei: travestis e homens e mulheres transexuais: da invisibilidade da vida ao descaso na morte.** [sem info. pág.]. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/22139/2/F%C3%A1bio%20Mariano%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 31 jan. 2023.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos). Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%200genero%20inconformes.pdf> Acesso em: 31 jan. 2023

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-244.pdf> Acesso em: 31 jan. 2023.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

AMARAL, Fernando Ziderich do. **Da hegemonia à colonialidade: a masculinidade como tecnologia colonial.** 2023. 139f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em julho de 2024.